



Oficinas de Inclusão Digital vão percorrer regiões do RS

Nacional
Marcha das Margaridas

Pág
02

MATRIZ SALARIAL
Aposentados serão
contemplados

Pág
03

VII Conseju RS
Pauta de lutas dos
aposentados

Pág
04

Nesta edição especial do Lutar É Preciso, destacamos o trabalho que o Sindjus/RS tem desenvolvido em relação aos aposentados e aposentadas na defesa de suas pautas e na construção de caminhos de valorização efetiva, dignidade e reconhecimento para essa parcela tão importante e ainda pouco priorizada na sociedade.

Neste sentido, a luta que temos travado pela aprovação da revisão da matriz salarial é um dos passos importantes para reduzir desigualdades, tão acentuadas nos últimos anos em razão de desgovernos nas esferas estadual e federal.

Sabemos que esta é apenas uma das frentes de atuação, razão pela qual também temos nos articulado em torno de outros temas, tanto de ordem interna, como a discussão junto ao Tribunal de Justiça (TJRS) sobre um auxílio médico-social, quanto, externamente, mantemos a mobilização conjunta com outras categorias do funcionalismo público em defesa da Previdência Social.

Mas seguimos mobilizados e contando cada vez mais com o grupo de aposentadas e aposentados aguerridos que temos em nossa base para continuar avançando em nossas lutas!

EXPEDIENTE



LUTAR É PRECISO

JORNAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO RS

CONSELHO EDITORIAL:

Marco Aurélio Velleda (Diretor de Imprensa e Divulgação), Juliana Campani (MTB 15.501) e Joice Proença (MTB 16.383)

Projeto Gráfico e Diagramação:
Grupo REC

Tiragem:
2.000 exemplares

Nacional

Marcha das Margaridas - As lutas de todas as mulheres se encontram em Brasília

Em um momento histórico, mais de 150 mil mulheres de todas as partes do Brasil, do campo, da cidade, das florestas e das águas, reuniram-se para caminhar e lutar juntas na sétima edição da Marcha das Margaridas, que aconteceu nos dias 15 e 16 de agosto em Brasília.

Com o tema "Pela Reconstrução do Brasil e Pelo Bem Viver", a atividade marca a esperança de um novo momento para o país após anos sombrios de desgoverno autoritário e abandono de políticas essenciais para as mulheres.

As trabalhadoras da Justiça do RS foram representadas por uma delegação de integrantes do coletivo feminista do Sindjus Não Me Calo, da direção executiva do NAP.



Veja a live especial sobre a Marcha no Sindjus InFormação, nosso canal do YouTube:

Aponte a câmera ou o Google Lens para a imagem do QR Code



Estadual

RS precisa de políticas de prevenção de calamidades climáticas

O Rio Grande do Sul está sendo afetado por uma série de fenômenos naturais com graves danos à população. A presença de diversos ciclones, com temporais e chuvas volumosas, tem relação com a entrada do El Niño, que provoca grandes alterações climáticas.

No começo de setembro, um ciclone extratropical provocou destruição no Estado, entre as consequências, a enchente no Rio Taquari deixou 51 mortos, nove desaparecidos, devastou municípios como Roca Sales e Muçum e deixou centenas de pessoas desabrigadas em toda a região.

Apesar dos alertas meteorológicos sobre as volumosas chuvas (muito acima da média histórica)



território gaúcho, o Governo do Estado não adotou nenhuma medida de prevenção.

Em uma corrente de solidariedade, a população gaúcha se uniu com doações e

ações de recuperação dos municípios. O Sindjus imediatamente realizou doações para as pessoas atingidas e se solidariza com a população e com os trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário do Vale do Taquari, que foram fortemente impactados.

Porém, diante de um grave cenário de desequilíbrio ambiental e dos alertas que esses fenômenos sejam cada vez mais frequentes, é urgente a adoção de políticas públicas em todas as esferas de Poder. O Estado

e risco de enchentes repentinas no não pode terceirizar o socorro às vítimas.



A revisão da matriz salarial, aprovada na Assembleia Legislativa no fim de outubro, é uma das pautas prioritárias da direção do Sindjus desde 2022, no entendimento que essa é uma das formas de garantir reajuste para os aposentados e aposentadas do Judiciário estadual.

Com isso, a remuneração terá um reajuste de 6%, retroativo a junho, e 6% em janeiro de 2024. Essa vitória foi

possível graças a instituição do Plano de Carreira, Cargos e Salários (Lei 15.373/2021), que a partir da paridade assegura que todos os reajustes concedidos aos servidores da ativa sejam aplicados também aos aposentados.

A revisão da matriz salarial é importante, especialmente no cenário dos últimos anos de constantes ataques ao funcionalismo público, e também no contexto em

que diversas categorias obtiveram índices ainda menores.

No entanto, sabemos que essa luta por valorização é permanente. Por isso, nosso próximo passo é ampliar os debates sobre a revisão do Plano de Carreira e assegurar a aplicação de um índice justo na matriz salarial, beneficiando, dessa forma, toda a categoria, ativos e aposentados.

Inclusão Digital: oficina em Passo Fundo reúne dezenas de participantes da região

A segunda oficina de Inclusão Digital do Sindjus, realizada no dia 31 de agosto, reuniu em Passo Fundo dezenas de aposentadas e aposentados de vários municípios da região.

Concebida pelas secretarias de Comunicação e Formação com apoio do Núcleo de Aposentados (NAP), a atividade foi apresentada pelo analista Lucio Uberdan, contemplando momentos de teoria e prática, com dicas de utilização de algumas das principais ferramentas digitais do dia a dia.

Na atividade, dividida em duas etapas, uma com apresentação de conceitos e outra prática, as pessoas participantes puderam tirar dúvidas sobre temas relativos à segurança dos dados, noções sobre o funcionamento dos algoritmos, como captação de dados e direcionamento de conteúdos pelas plataformas, além de questões como as “bolhas” de desinformação, fake news e crimes cibernéticos. Já na parte prática, de forma conjunta foram ensinadas algumas questões como publicações e compartilhamento de conteúdos.

“A oficina foi pensada com esse olhar de ampliar a integração com aposentadas e aposentados, que já são bastante ativos nas redes sociais, a fim de facilitar a comunicação com o sindicato e o acesso a todos os nossos canais de informação, mas também auxiliar na assimilação e utilização segura das ferramentas digitais, cada vez mais presentes em todas as

tarefas e momentos da vida”, explicou o diretor de Comunicação do Sindjus, Marco Velleda.

A primeira oficina foi realizada em Pelotas no final de abril. Estão previstas para o próximo ano mais oito edições em diferentes regiões do estado, que serão realizadas de forma conjunta com os Encontros Regionais do NAP.

QR code da Cartilha

Aponte a câmera ou o Google Lens para a imagem do QR Code



VII ConsejuRS define pauta de lutas das aposentadas e aposentados

Entre os dias 27 e 29 de julho, o Sindjus realizou o VII Congresso Estadual dos Servidores do Judiciário (VII Conseju/RS). Principal instância deliberativa da categoria, o evento contou com grande participação das aposentadas e aposentados, que definiram as pautas de luta para o próximo período. Veja abaixo.



PEC 555: Extinção da contribuição previdenciária

O VII ConsejuRS deliberou pela mobilização da categoria pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/2006, que propõe a revogação do Art. 4º da EC 41/2003 para acabar com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos das servidoras e servidores aposentados.

Para dar andamento ao pleito, é necessária uma mobilização nacional para pressionar a Câmara dos Deputados. Neste sentido,

o Sindjus está unindo esforços com a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (Fenajud) e participando das ações do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap).

A PEC 555/2006 encontra-se apta à votação em plenário da Câmara dos Deputados desde o fim de março. Para aumentar a pressão pela votação e aprovação, temos uma tarefa: procurar os deputa-

dos federais da Bancada Gaúcha e pedir o apoio e favorável nessa luta importantíssima, já que o fim dessa injusta cobrança também ajudará nas combalidas finanças dos aposentados e aposentadas.

Hoje a PEC 555/2006 encontra-se apta a votação em plenário da câmara dos deputados federais desde 28/03/23. Temos que procurar os deputados da bancada gaúcha e buscar sua ajuda e voto favorável ao andamento e votação em Plenário.

Assistência Médica-Social

A categoria também apontou a importância da luta pela instituição da Assistência Médica-Social destinada aos aposentados do Judiciário estadual. O pleito, que já foi solicitado pelo Sindjus, mas negado pela Administração, tem base legal na Resolução 294/2019, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a regulamentação aponta que "considera-se: I - assistência à saúde complementar: Assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica".

A exemplo da Lei 680/2016 do Estado de Santa Catarina, tem como base a assistência médico-social a servidores e magistrados inativos do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Em um cenário de desmonte do IPE Saúde, dificuldade de acesso a rede credenciada e perdas salariais históricas, é necessário pensarmos estratégias de mobilização para retomar o pleito com a próxima gestão do Tribunal de Justiça (TJRS), que inicia em fevereiro de 2024.

Reforma da Previdência

A Reforma Previdenciária do Estado do RS, instituída em 2019 pelo governo Leite, aumentou a contribuição previdenciária dos aposentados e aposentadas e impactou de forma profunda o funcionalismo estadual.

A revogação das alíquotas foi incluída no plano de lutas aprovado no ConsejuRS e para atender o objetivo o Sindjus está atuando em diversas frentes. O Sindicato ingressou com Ação Civil Pública com o objetivo de reduzir as contribuições previdenciárias das servidoras e servidores aposentados e pensionistas do Estado do RS.

Também ingressamos com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) através da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, entidade que o Sindjus integra junto com dezenas de entidades do serviço público estadual. A ADI ainda está sem resolução de mérito.

Projeto de Iniciativa Popular

De forma paralela, estamos articulando de forma conjunta com as entidades estatutárias da Frente dos Servidores Público (FSP) um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para cessar a contribuição previdenciária de inativos que recebam até R\$ 7.507,49 (teto do INSS), nos moldes de legislação aprovada no Estado de São Paulo.

Para que o projeto seja aceito e passe a tramitar na Assembleia Legislativa precisamos da assinatura de 85 mil eleitores gaúchos. A coleta de assinaturas será de forma virtual e em breve divulgaremos nos nossos canais. Será fundamental a mobilização unificada de todas e todos!

A organização da luta através do NAP é fundamental! Por isso, a partir de 2024 faremos debates e Encontros Regionais do Núcleo de Aposentados, onde todas as aposentadas e aposentados serão chamados para a construção da pauta e fortalecimento da mobilização política!



As aposentadas e aposentados que participaram do VII ConsejuRS também deliberaram sobre a criação de um **grupo de whatsapp**. A partir das Oficinas de Inclusão Digital, realizadas em Pelotas e Passo Fundo, o Departamento de Comunicação do Sindjus está organizando o grupo.

A proposta inicial é que seja um canal de compartilhamento de informações, sendo aberto para interação em momentos específicos. **Para fazer parte do grupo acesse o QR Code ao lado ou envie uma mensagem para (51) 99544.0745. Esperamos você!**